



SERVIÇOS FINANCEIROS

TRACKER



General Motors Investment Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 18.956.886/0001-07

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, da General Motors Investment Participações Ltda., de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o

propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

São Paulo, 18 de março de 2021
A Administração

Balancos Patrimoniais Levantados

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
ATIVO		
Circulante	40.811	2.856
Disponibilidades (nota 4)	43	55
Instrumentos Financeiros	4.076	522
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	4.076	522
Outros Créditos	36.692	2.279
Diversos (nota 6)	36.692	2.279
Realizável a Longo Prazo	6.806	9.894
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	6.806	9.894
Permanente	2.906.964	2.597.020
Investimentos (nota 7)	2.906.964	2.597.020
Participações em controladas no país	2.906.964	2.597.020
Total do Ativo	2.954.581	2.609.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2020	2019
PASSIVO		
Circulante	40.712	6.977
Outras Obrigações (nota 8)	40.712	6.977
Dividendos e bonificações a pagar	25.500	-
Fiscais e previdenciárias	14.978	6.865
Diversos	234	112
Patrimônio Líquido	2.913.869	2.602.793
Capital Social (nota 10a)	2.525.278	2.232.333
De domiciliação no exterior	2.525.278	2.232.333
Reservas Legal (nota 10b)	97.854	77.515
Reservas de Lucros (nota 10b)	290.737	292.945
Total do Passivo	2.954.581	2.609.770

Demonstrações do Resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil quotas)

	2020	2019
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	407.324	439.512
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 5)	135	231
Receitas/(Despesas) administrativas, líquidas (nota 11)	(8.813)	(8.736)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 7)	425.945	460.888
Despesas tributárias (nota 12)	(9.943)	(12.871)
Resultado Operacional	407.324	439.512
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	407.324	439.512
Imposto de Renda e Contribuição Social/Ativo Fiscal Diferido (nota 9)	(546)	(778)
Lucro Líquido do Exercício	406.778	438.734
Lucro por Ação - Básico e Diluído	0,16	0,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil quotas)

	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	406.778	438.734
Resultado Abrangente do Exercício	406.778	438.734
Atribuível a Controladora	406.778	438.732
Atribuível aos Não Controladores	2	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(11.100)	(14.319)
Lucro/(Prejuízo) Ajustado pelos ajustes que não afetam caixa	406.778	438.734
Lucro Líquido do Exercício	(425.945)	(460.888)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 7)	8.613	8.613
Amortização do Ágio sobre investimento	(546)	(778)
Provisão para imposto de renda e contribuição social (nota 9)	(598)	(811)
Variações das contas de ativo e passivo operacional (Aumento)/Redução de outros créditos (nota 6)	(34.413)	13
(Aumento)/Redução de títulos e valores mobiliários (nota 5)	(466)	(1.224)
(Aumento)/Redução em outras obrigações (nota 8)	34.477	429
Imposto de renda e Contribuição Social pagos	(196)	(29)
Caixa líquido (Utilizado)/Gerado nas Atividades Operacionais	(11.698)	(15.130)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	107.388	138.973
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos (nota 7)	107.388	138.973
Caixa Líquido (Utilizado)/Gerado nas atividades de investimento	107.388	138.973
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(95.702)	(123.852)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos (nota 10c)	(95.702)	(123.852)
Caixa Líquido (Utilizado)/Gerado nas atividades de financiamento	(95.702)	(123.852)
Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(12)	(9)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	55	64
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	43	55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Reserva de Lucros		
	Capital	Legal	Outras
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.984.998	55.578	247.335
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Aumento de capital (nota 10a)	247.335	-	(247.335)
Destinação do lucro:			
Reservas de lucros (nota 10b)	-	-	292.945
Reserva legal (nota 10b)	-	21.937	(21.937)
Juros sobre o capital próprio (nota 10c)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	2.232.333	77.515	292.945
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Aumento de capital (nota 10a)	292.945	-	(292.945)
Destinação do lucro:			
Reservas de lucros (nota 10b)	-	-	290.737
Reserva legal (nota 10b)	-	20.339	(20.339)
Juros sobre o capital próprio (nota 10c)	-	-	(95.702)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	2.525.278	97.854	290.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A General Motors Investment Participações Ltda. ("Investment") tem como objeto social principal a participação no capital de instituições financeiras. As atividades operacionais da Investment estão associadas a participação no capital de instituições financeiras e diretamente associada ao contexto dos negócios do Banco GM S.A., sendo assim, suas demonstrações devem ser lidas em conjunto com suas subsidiárias. Em 16 de Novembro de 2020, a General Motors Investment Participações Ltda., teve o seu controle transferido da General Motors Financial Company Inc., para a GM Financial Holding LLP.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Investment de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e demais normas do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, devido ao fato da Investment ter como único objetivo a participação societária no Banco GM S.A. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/2020 foram incluídas, nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. Dessa forma, a Empresa, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 02 (R2) - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08, aprovado pela CMN nº 4.270 com efeitos a partir de 2020; d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; e) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09, revogada pela Resolução CMN 4.636/18; f) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; g) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; i) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09; j) CPC 27 - Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº4.535/16; k) CPC 33 de Benefícios a empregados - homologado pela resolução CMN nº 4.424/15; l) CPC 41 - Resultado por Ação - homologado pela resolução BCB 2; m) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - homologado pela resolução CMN nº 4.748/2019; n) CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. As demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas pela Diretoria em 18 de março de 2021. A preparação das Demonstrações Financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo de vencimento da data da contratação de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real. **Ativos circulante e realizável em longo prazo:** Os ativos circulante e realizável em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos foi constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização. **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento". **Redução ao valor recuperável dos ativos:** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Passivos circulante e exigível em longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis". **Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com a Resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil. • **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • **Provisões para riscos** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes

envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Atualmente a Investment não possui nenhuma discussão judicial que figure ativo ou passivo e requiera divulgação em nota explicativa. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. • **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano, a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. **Partes Relacionadas:** A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN 3.750/09 que determina a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas. **Receitas e despesas:** As receitas e despesas são apropriadas ao resultado pelo regime de competência. **Uso de estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e recuperação do valor de ativos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **Participação em Coligadas e Controladas:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas, no país e no exterior devem ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial, quando participarem com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante ou detiverem influência significativa em sua administração. O valor do investimento na coligada ou controlada deve ser determinado mediante a aplicação, sobre o valor do patrimônio líquido, da porcentagem de participação no capital da coligada ou controlada, após efetuados os ajustes que forem necessários para eliminar efeitos decorrentes das integralizações parciais de aumentos de capital em dinheiro, da diversidade de critérios contábeis, dos resultados não realizados intercompanhias e excluídas eventuais participações recíprocas. As participações em sociedades coligadas ou controladas devem ser registradas deduzidas do saldo de eventuais perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. O resultado decorrente do aumento ou diminuição do valor do investimento oriundo de lucros, prejuízos, ganhos ou perdas efetivas, inclusive decorrentes de incentivos fiscais, apurados em sociedade coligada ou controlada, são registrados mensalmente pela controladora, respeitando a competência que lhe confere.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2020	2019
Disponibilidades	43	55

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	2020	2019
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs:		
Banco GM S.A. - CDB Pós-Fixado (nota 13)	10.882	10.416
São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento com vencimento até 14 de dezembro de 2022. O resultado de Certificados de Depósitos Bancários em 2020, foi de R\$135 (R\$231 em 2019) (nota 13). A entidade tem a intenção positiva e capacidade de manter os instrumentos financeiros até o vencimento.		

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2020	2019
Valores a Receber Sociedades Ligadas (i)	28.614	-
Impostos a Compensar (ii)	8.078	2.279
Total	36.692	2.279

(i) Refere-se a valores a receber de JCP. (ii) Refere-se substancialmente ao Imposto de renda retido na fonte de valores pagos pelo Banco GM S.A. de juros sobre o capital próprio.

7. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	Banco GM S.A. 2020	Banco GM S.A. 2019
Dados da controlada:		
Patrimônio Líquido no final do exercício antes da apuração do resultado	2.564.736	2.242.822
Lucro do exercício	425.947	460.890
Participação no capital	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos:		
No início do exercício período	2.564.727	2.242.814
Distribuição de Juros sobre capital próprio	(107.388)	(138.975)
Ágio no Investimento incorporado (*)	67.457	67.457
Amortização do Ágio no Investimento	(43.777)	(35.164)
Resultado de equivalência patrimonial	425.945	460.888
No final do exercício	2.906.964	2.597.020

(*) O investimento adquirido pela General Motors Holdings Participações Ltda., no Banco GM S.A. ocorreu em 25 de outubro de 2013, mediante aumento de capital dos cotistas através de conferência de ações do Banco GM S.A., pelos valores pagos pelos cotistas no exterior ao antigo controlador do Banco GM S.A., transferindo o ágio para a Holdings. O ágio será completamente amortizado até setembro de 2023.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Composição das outras obrigações diversas:

	2020	2019
Sociais e Estatutárias (i) (nota 13)	25.500	-
Fiscais e Previdenciárias (ii)	14.978	6.865
Diversos	234	112
Total	40.712	6.977

(i) Referem-se a JCP a pagar. (ii) Referem-se substancialmente a provisões a recolher de PIS R\$1.772 (R\$1.094 em 2019) e COFINS R\$8.162 (R\$5.040 em 2019).



SERVIÇOS FINANCEIROS



CRUZE

General Motors Investment Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 18.956.886/0001-07

☆ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores da **GM Investment Participações Ltda.**

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da GM Investment Participações Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GM Investment Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Investment, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Investment.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2021



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Flávio Serpejante Peppe
Contador - CRC-1SP172167/O-6